

Redutor pode se estender a toda a economia

■ Negociações da Agenda Brasil serão retomadas e novos projetos virão em outras áreas como cálculo das tarifas, juros e preços

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O governo poderá estender para toda a economia a aplicação do redutor de dez pontos percentuais sobre a inflação, sistemática utilizada, em princípio, para a correção mensal dos salários.

Esta, segundo o líder no Senado, Pedro Simon, é uma das medidas econômicas que voltarão a ser discutidas na mesa da Agenda Brasil. Outra medida, segundo o líder na Câmara, Roberto Freire, é a mudança no cálculo das tarifas públicas, que passarão a ser corrigidas pelos custos, reduzindo os desperdícios. "Projetos virão em outras áreas, mas não significarão pacote econômico", assegurou Freire.

Já o ministro da Previdência Social, Antônio Britto, disse que o governo poderá adotar também medidas para compensar o impacto da política salarial nas contas de sua área.

Simon revelou que o presidente Itamar Franco é favorável a que os pontos da agenda mínima sejam transformados em projetos de lei e

medidas provisórias. "Achamos importante debater uma nova política de rendas, juros, e os aumentos exagerados de preços" afirmou o senador, após uma reunião de avaliação da receptividade das novas medidas econômicas no Palácio do Planalto.

Pretexto — Para Roberto Freire, o mecanismo de aplicação do redutor poderá se tornar definitivo, porque "é uma ajuda ao combate a inflação, não estimula a remarcação dos preços, diminui os custos e acabará resultando na redução das tarifas públicas". O raciocínio do líder do governo na Câmara é que nenhuma empresa poderá justificar os aumentos de preços tomando como pretexto os reajustes salariais. Freire anunciou que o governo não aceita negociar o projeto do deputado Paulo Paim que vincula os reajustes salariais aos reajustes das tarifas: "Isso sim é um equívoco inflacionário". Roberto Freire já tem até uma proposta para discussão na Agenda Brasil: reduzir o depósito compulsório que os bancos fazem no Ban-

co Central para financiar os investimentos.

Para o senador Pedro Simon, a nova política salarial do governo terá um efeito cascata na inflação. "A proposta do governo foi de quem aposta na queda da taxa para índices mínimos até o fim do ano. Estamos jogando na baixa", afirmou Simon.

As negociações da Agenda Brasil serão transferidas para o Congresso Nacional, com a participação dos partidos políticos. O presidente Itamar Franco poderá fazer um apelo para que o presidente da CUT, Jair Meneguelli retorne à mesa das negociações, e continue discutindo as questões.

Segundo Simon, a CUT pode divergir, brigar, e até xingar, mas nunca deixar de participar das discussões. Também o líder Roberto Freire, se antecipando a Itamar, lançou um desafio a Meneguelli: "Volte à mesa e prove que a nova política não é boa". Segundo Freire, é "estreiteza" da CUT ficar de fora.

Brasil — Gilmaro Alves